

O FAZER HISTÓRIA E O NASCIMENTO DA HISTORIOGRAFIA NO CEARÁ EM MEADOS DO SÉCULO XIX

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira¹

RESUMO

Ao lançarmos nosso olhar hodierno para o período que se estabelece como o de nascimento da historiografia no Ceará, em meados do século XIX, buscamos depreender as características que fomentaram e marcavam o “fazer história” nessa época, como também perceber as relações que se determinavam entre os “produtos” e os “lugares” relacionados a essas narrativas. Para tal, consideramos as principais obras do escopo dos pioneiros de nossa escrita da história, a saber: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Alencar Araripe, João Brígido dos Santos e Pedro Théberge. A partir de suas produções intentamos perceber o gesto próprio que suscitou tais historiadores a produzir suas histórias, tendo em vista a relação entre os produtos e os lugares sociais ocupados por esses escritores.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Cearense. Século XIX. Produtos e Lugares. Fazer História.

ABSTRACT

Launching our present-day look at the period established as the birth of historiography in Ceará, in the mid-nineteenth century, we try to infer the characteristics that fomented and marked the “make history” at this time, but also understand the relationships that are determined between the “products” and “places” of these narratives. To do this, we consider the main works of the scope of the pioneers of our writing of the history, namely: Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, Tristão de Alencar Araripe, João Brígido dos Santos and Pedro Théberge. From their productions we want to realize the gesture that inspired these historians to produce their stories, considering the relationship between the products and the social places occupied by these writers.

KEYWORDS: Historiography in Ceará. 19th Century. Products and Places. Make History

RECEBIDO 30/06/2016

AVALIADO 10/08/2016

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professor Assistente II do curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI no Campus de São Raimundo Nonato. Endereço residencial: Rua José Diógenes da Silveira, n.º 169, Bairro Alto São Félix. São Raimundo Nonato-PI. Fone: (89) 99450-6549. E-mail: ari_vitoriano@hotmail.com

Inicia Michel de Certeau seu seminal texto acerca da operação historiográfica assinalando os seguintes aspectos que aqui nos servem de ponto de partida para nossa reflexão: “o que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz?”². Discorrendo na sequência a tais proposições, segue mencionado autor tratando da relação, para ele indelével, que aquele que faz a história deve manter com a sociedade na qual se insere, devendo-se levar em conta para tal a particularidade do lugar social³ em questão, pois ligar as “ideias” que caracterizam e compõem o “fazer história” com os lugares que as articulam, em sua perspectiva de produção historiográfica, redundando em um gesto próprio daquele que se propõe a fabricar esse tipo específico de narrativa⁴.

Nessa lógica de produção, que abarca as relações entre o que se é produzido e os lugares onde tal produção ocorre, recai sobre o historiador, no que tange sua compreensão acerca de tal processo, “analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência”⁵. E estabelecer referida pertinência, aludido gesto, conforme os lugares que os caracterizam, condiciona essa determinação a uma unidade que confere sentido à produção, visto que, assim, no que concerne ao trabalho historiográfico, este “se aplica, pois, em mostrar as relações entre os *produtos* e os *lugares* de produção”⁶.

Sendo assim, partindo dessa premissa que envolve a relação entre os produtos e os lugares, direcionamos a presente análise ao período referente ao “nascimento da historiografia cearense”, designação essa dada pelo historiador José Honório Rodrigues, que estabelece tal período no decênio que se estende de 1850 a 1860, época em que “aparecem, então, um geógrafo e três diferentes histórias, escritas em lugares diversos”⁷.

Dessa forma, ao identificarmos os produtores e tendo em vista os lugares que esses ocupavam (como também a temporalidade que os abrangia), buscamos depreender aspectos dessa relação entre produtos e lugares de produção que compuseram, partindo daquilo que propõe Michel de Certeau, o “fazer história” no Ceará em meados do século XIX, redundando tal empreendimento no estabelecimento da ciência histórica em nosso Estado no dito período em questão.

Não à toa, é no século XIX que “as concepções de História e de historiografia passaram por uma mudança notável e decisiva. Este século tornou-se conhecido como ‘o século da

² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 45.

³ Estabelece Michel de Certeau que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. CERTEAU, 2013, p. 47.

⁴ Cf. *Ibid.*, p. 45-46.

⁵ *Ibid.*, p. 45.

⁶ Cf. CERTEAU, loc. cit., nota de rodapé 2.

⁷ RODRIGUES, José Honório. Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, 1956, p. 179.

História”⁸, dentre outros motivos, porque foi nessa centúria que “o passado tornou-se definitivamente submetido às regras da racionalidade tornando-se, portanto, uma questão da ciência”⁹. Entretanto, se cabem ao referido século tais designações, guardemos as devidas proporções ao tratarmos da historiografia em solo cearense, que longe estava do já alcançado desenvolvimento que a ciência histórica vivenciava, sobremaneira na Europa¹⁰.

Mas longe de dúvida está considerarmos que foi nessa época que decisivas mudanças corroboraram para o nascimento de nossa historiografia, sobretudo, a fundação do Instituto do Ceará no ano de 1887. Tal desígnio bem pode ser compreendido no contexto que se propicia com o surgimento, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, devendo reluzir, a partir dos propósitos ensejados por essa instituição, “a luz [que] deveria espalhar-se por todo o Império”¹¹. E essa luz ao Ceará chegou, redundando, menos de meio século após a criação da instituição de âmbito nacional, no surgimento de seu congênere cearense, “que perfilhou o modelo historiográfico do I.H.G.B.”¹².

Todavia, antes do estabelecimento por essas plagas de tal empreendimento consolidador de nossa historiografia, já podemos falar de escritas que fabricavam a História em nosso Estado, tendo em vista que se “a história, aquela escrita pelos historiadores, se impôs um pouco por todos os lugares ao longo do século XIX”¹³, tal imposição, que se dava por todos os lugares no referido século, teve vez, no caso do Ceará, na condição dos produtos fabricados no lugar de produção aqui especificamente representado, e isso ainda no período que antecede a fundação do Instituto do Ceará.

Diante disso, vamos ao ponto em questão, qual seja, ao lugar social representado pelo Ceará em meados do dito século XIX, retomando o que assinala José Honório Rodrigues, que indica os quatro pioneiros de nossa historiografia. Tal pioneirismo pode ser considerado ao se destacar que muitas de suas principais produções antecedem, reforçemos isso, a fundação da instituição que viria a possibilitar “o ganho de uma consistência historiográfica”¹⁴, inserindo-se dita instituição “no panorama cultural cearense respondendo às circunstâncias presentes no transcurso do século XIX”¹⁵.

⁸ MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como ciência. In: _____. (org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p.10-11.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy (org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 16.

¹⁰ Acerca dessa questão, no caso francês Cf. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; São Paulo: Ed. UNESP, 2012; Já pela perspectiva alemã Cf. KOSELLECK, Reinhart (et al). **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 127.

¹² MONTENEGRO, João Alfredo. **Historiografia do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003, p. 28.

¹³ GUIMARÃES, op. cit., p. 14.

¹⁴ MONTENEGRO, 2003, p. 327.

¹⁵ *Ibid.*, p. 13

Essa extemporaneidade, portanto, que marca as principais produções desses quatro pioneiros, dos “fabricantes da história” aqui abordados, assinala, dentre outros fatores, a própria determinação de suas obras enquanto unidades que conferem sentido às suas produções. Diante disso, temos entre os autores aqui enlevados, a partir da indicação disposta por Rodrigues, um caracterizado como “geógrafo”, que vem a ser Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), como também os três responsáveis pela elaboração das tais diferentes histórias, que são, a saber: Tristão de Alencar Araripe, João Brígido dos Santos e o Dr. Pedro Théberge.

Sendo assim, apresentados os “produtores”, indicamos que, de modo específico, trataremos com os seguintes “produtos” referentes a cada um deles: da lavra de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil aludimos a seu “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”; de Tristão de Alencar Araripe lançamos mão da “História da Província do Ceará”; já do esmero de João Brígido dos Santos trazemos suas “Ephemerides do Ceará”; enquanto da labuta de Pedro Théberge nos valerá seu “Esboço Histórico sobre a Província do Ceará”.

Analisar, pois, tais produções nos possibilita vislumbrar o panorama no qual estava a despontar, no intermédio do século XIX, a historiografia cearense, pois com os produtos desses quatro autores podemos depreender alguns aspectos acerca do fazer história naquele período. Posto de outra forma: podemos, então, inferir que para o Ceará o século XIX também poderia ser alcunhado como o seu “século da História”, não em relação ao desenvolvimento alhures vivenciado, mas ao menos como o século que presenciou o nascimento de uma sistematizada prática científica.

Os quatro supracitados autores representariam, retomando a observação de José Honório Rodrigues, a primeira geração de historiadores cearenses, geração essa predecessora à fundação do Instituto do Ceará e que viria a ser sucedida por outra “cêrca de vinte anos depois”¹⁶ e que por sua vez toda essa sequência¹⁷ viria a consolidar, já com a fundação do referido Instituto, como já mencionado anteriormente, o estabelecimento de nossa historiografia.

Ressalte-se que a importância do Instituto do Ceará decorre do fato de que tal instituição “representou um genuíno movimento intelectual destinado não somente ao estudo do passado mas também à tentativa de compreender, pela análise das origens, o desenvolvimento da vida presente”¹⁸. O Instituto, conforme indica Rodrigues, “dá maioridade aos estudos históricos

¹⁶ RODRIGUES, 1956, p. 186.

¹⁷ Nos valem aqui, no que concerne a essa questão de sequência ou sucessão de gerações e tendo em vista a especificidade do lugar social, do que observa Paul Ricoeur: “pertencem à ‘mesma geração’, segundo Dilthey, contemporâneos que foram expostos às mesmas influências, marcados pelos mesmos acontecimentos e pelas mesmas mudanças. O círculo assim traçado é mais amplo do que o do nós e menos vasto do que o da contemporaneidade anônima. Essa pertença compõe um ‘todo’ em que se combinam uma *bagagem* e uma *orientação* comum. Recolocada no tempo, essa combinação entre influências recebidas e influências exercidas explica o que faz a especificidade do conceito de ‘sequência’ de gerações. É um ‘encadeamento’ oriundo do cruzamento entre a transmissão da *bagagem* e a abertura de *novas possibilidades*”. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 189.

¹⁸ RODRIGUES, 1956, p. 188.

naquele Estado. A historiografia cearense inicia então a sua fase de amadurecimento, de contínua e sistemática pesquisa local”¹⁹.

Destacamos que a ênfase aqui dada recairá sobre o período que antecede à essa “fase de amadurecimento” da historiografia cearense, mesmo tendo em conta observações fulminantes, como a de João Alfredo Montenegro, para quem “o que se produziu nessa área anteriormente ao nascimento do Instituto do Ceará, malgrado algumas obras de mérito como a História da Província do Ceará, de Tristão de Alencar Araripe, não logrou segura consistência, diante da ausência de dados sistematizados a garantirem a autenticidade da narrativa”²⁰.

Seja como for, o caráter precursor dos quatro autores listados por Rodrigues pode ser indicado pelo fato de que suas produções, localizadas no decênio de 1850 a 1860, antecederam em alguns anos a ebulição intelectual que se seguiria, pois “é de 1860 a 1875 que vai surgir um forte movimento literário, iniciador da literatura legitimamente cearense nas raízes e nos temas”²¹. Todavia, no presente artigo não seguiremos além do período que abarca as produções dos quatro pioneiros aqui aludidos.

Ressalte-se que, por mais que tenhamos, no geral, maior ênfase à produção historiográfica que se inaugura e ganha fôlego a partir da fundação do Instituto do Ceará e que tal órgão tem nas páginas de sua revista um perene veículo de divulgação de tal narrativa, trataremos dos quatro autores aqui em voga, justamente por seu aspecto precursor e por sua inserção em um lugar social específico, pois se quisermos questionar sobre o que tais historiadores fabricavam, devemos entender, também, as condições e os aspectos inerentes de dita produção.

Dessa forma, tendo em vista o processo que sobejou no mencionado “amadurecimento” da historiografia cearense no final do século XIX, buscamos no ponto de “nascimento” de dita narrativa, em meados do referido decurso, aqueles que foram os iniciadores de tal percurso. Assim sendo, vamos encontrar, seguindo a ordem cronológica estabelecida por Rodrigues em seu texto, aquele que recebe a nomeação de “geógrafo”, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil²², explicando-se tal denominação pelo fato deste ter sido alguém que se dedicou “especialmente à geografia e aos estudos de população”²³, mas que merece ser listado no rol dos primeiros historiadores cearenses pela razão de haver produzido “obra variada e vizinha da história”²⁴.

¹⁹ Idem.

²⁰ MONTENEGRO, 2003, p. 36.

²¹ RODRIGUES, op. cit., p. 186.

²² Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu) nasceu em Santa Quitéria em 6 de junho de 1818. Em 1836, instalou-se em Recife, ingressando ali na Academia e Direito e no Seminário de Olinda. Ordenou-se em 1841 e em 1843 recebeu o título de Bacharel em Direito. Foi o primeiro diretor do Liceu e da Instrução Pública do Ceará. Deputado Geral em 1846, em 1864 foi escolhido senador. Dirigiu “O Cearense”, órgão liberal fundado por Tristão Gonçalves, Frederico Pamplona e Miguel Aires. Faleceu em Fortaleza, em 2 de setembro de 1877.

²³ RODRIGUES, 1956, p. 179

²⁴ Idem.

Dentre a diversificada produção do intelectual Thomaz Pompeu de Sousa Brasil²⁵ destacamos aqui aquele que é tido pelo escritor cearense Eduardo Campos²⁶ como “o grande livro do Ceará”, designação essa conferida por Campos na apresentação da edição *fac similar* da obra “Ensaio Estatístico da Província do Ceará”, originalmente lançada em dois tomos, nos anos de 1863 e 1864. Aludindo ao leitor hodierno que tem a possibilidade de ter em mãos tão importante obra, observa o encarregado da apresentação que a edição que traz novamente a lume importante calhamaço:

Repete com precisão as 839 páginas do primeiro volume da obra, as 330 do 2º (perfazendo 1169 páginas), o leitor privilegiado, de hoje, tem a oportunidade de fazer a prospecção dos legítimos fundamentos do Ceará e de seu povo, graças à soberba inteligência de Thomas Pompeu de Sousa Brasil, na especialidade um dos mais competentes estudiosos do Brasil, pesquisador que andou, a toda certeza, surpreendentemente adiantado a seu tempo e a seus contemporâneos²⁷.

O vultoso produto de Thomaz Pompeu aqui em foco nasceu a partir de uma proposta suscitada pelo autor, estando essa informação contida logo no início do livro: “em 1855 contractei com o exm. snr. conselheiro Vicente Pires da Motta, então presidente da provincia, em Ensaio sobre a estatística da provincia debaixo das bases que adiante se verão”²⁸. E as tais bases solicitadas pelo autor indicavam que o governo “forneceria por via das diversas repartições e autoridades todos os dados que requisitasse, para por esses documentos officiaes organizar o meu trabalho”²⁹.

Todavia, o trabalho de investigação e o acesso a todos os dados que o autor requisitasse não rendeu bons frutos, pois relata Thomaz Pompeu que, apesar de seus esforços pessoais e toda sua organização e mesmo diante das recomendações do próprio governo, a empresa findou-se limitada a dados de apenas alguns órgãos públicos, delimitando sobremaneira o alcance que poderia ter a pesquisa:

Formulei para isso modelos de mappas, e instrucções com uma serie de quisitos bem explicados, e depois de impressos, dirigi-os à todas as autoridades, já por mim, já por via da presidencia, que por tres vezes repetiu a remessa. Não obstante esses pedidos, e as recommendações do governo, não me foi possível obter resposta nem à vigésima parte dos quisitos³⁰.

²⁵ Dentre as obras da lavra do Senador Pompeu, podemos mencionar: Princípios Elementares de Geografia (para uso do Liceu do Ceará, 1850); Elementos de Geografia (1851); Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil (1859); Memória sobre o Clima e Secas do Ceará (1877), dentre outros.

²⁶ Dentre a variada produção de Eduardo Campos destacamos, apenas como item informativo, aquela de cunho memorialístico e histórico: **Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX**: o social e o urbano. Fortaleza: Ed. UFC, 1985; **A Fortaleza Provincial**: rural e urbana. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988; **O Ideário de Manezinho do Bispo**: estudos de afeição e louvação. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992; **Vocabulário Antigo e Mais Coisas não Menos Longevas**. Fortaleza: Imprece, 2003, dentre outras.

²⁷ Cf. CAMPOS, Eduardo. Introdução. BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (fac-símile da edição publicada em 1863).

²⁸ BRASIL, op. cit., p. V.

²⁹ BRASIL, 1997, p. V.

³⁰ Idem.

Mesmo com as citadas dificuldades para a coleta de dados, os “Ensaio Estatísticos” redundaram em uma obra de fôlego, trazendo ao seu autor a certeza do dever cumprido e que apesar das limitações impostas pelo acesso às fontes, coube ao pesquisador, ao final dessa empresa, a seguinte reflexão, que se fazia acompanhar de uma antecipada defesa a possíveis críticas e correções: “julgo haver satisfeito de minha parte, tanto quanto o governo provincial cumpriu da sua, a obrigação a que me sujeitei pelo contracto. Resta somente que o leitor o aprecie e julgue, não pelas regras absolutas da sciencia, porem segundo os elementos que tive à minha disposição”.³¹

Seguindo com nosso propósito, destacamos que sobre o produto historiográfico de Thomaz Pompeu observa José Honório Rodrigues que “nas suas análises da população, o Senador Pompeu divulgou não só os dados estatísticos dos movimentos da população, como das suas condições econômicas, sociais e intelectuais”³². Reconhecia o próprio Pompeu, acerca de sua obra aqui em voga, que traz em seu título o indefectível termo “estatístico”, que muitas das indagações propostas e levadas a termo em seu compêndio “pertencem à phyzica, à geographia, à historia, à economia política, e à outras sciencias, e não são da esphera da estatística”³³.

Ainda acerca da abrangência polissêmica que tem a análise estatística em seu trabalho, o que corrobora com a observação de que dito autor escreveria uma obra variada e vizinha da história (mas não só da história, como veremos), salienta Thomaz Pompeu acerca da estatística que:

Ella é considerada, não a sciencia que descreve paizes, porque este trabalho respeita à geographia; não a que relata a maneira porque elles se constituíram, e as phases porque passaram, pois que é isso do alcance da historia; não a que indaga como a riqueza é, e deve ser produzida, repartida, e consumida no interesse da sociedade, o que é da competencia da economia política; mas a sciencia, que se occupa do exame das leis segundo as quaes se verificam os diversos phenomenos da existencia social.³⁴

Sendo assim, a obra que se apresenta majoritariamente de caráter estatístico traz consigo, porém, nuances que a relacionam a outros ramos do espectro das ciências sociais (como de outras áreas, inclusive). No total os “Ensaio Estatísticos” estão divididos em quatro partes, subdividindo-se cada um dos dois tomos em duas partes cada. A Parte Primeira subdivide-se em cinco títulos, a saber: I) do estado physico do territorio; II) do clima e agentes meteorologicos; III) divisão physica do territorio; IV) das producções naturaes; V) divisão política.

³¹ Ibid., p. XV.

³² RODRIGUES, 1956, p. 179-180.

³³ BRASIL, op. cit., p. VIII.

³⁴ BRASIL, 1997, p. IX.

Já a Parte Segunda divide-se por sua vez em nove títulos, os quais listamos: I) da população; II) riqueza publica e particular; III) do commercio; IV) da navegação; V) da administração publica; VI) das finanças; VII) da força publica; VIII) da justiça publica; IX) instrução publica. No tomo II temos as duas últimas partes: Parte Terceira, com quatorze títulos a tratar de cada uma das comarcas em que se dividia a província e a Parte Quarta, que ficou a cargo de João Brígido, que trata do “Resumo Chronologico da Historia do Ceará, desde 1603 até 1861”³⁵.

Enfim, pela mera discriminação das subdivisões da obra de Thomaz Pompeu podemos ter um panorama acerca da abrangência de tal empresa. Apesar das limitações mencionadas pelo próprio autor, percebemos que seu denodado e extenuante trabalho rendeu uma obra portentosa, fazendo mesmo com que flertemos com a elucubração elogiosa de Eduardo Campos, que confere aos “Ensaio Estatísticos”, repitamos, a condição de “o grande livro do Ceará”. Certamente suas mais de mil páginas, ornadas com as variadas informações ali contidas, nos fazem refletir sobre o alcance de tais laudatórios termos utilizados por Campos.

Mas seja como for, a obra aqui em relevo de Thomaz Pompeu nos fornece subsídios interessantes sobre o estágio no qual se encontrava a “recém-nascida” historiografia cearense, como também apontava futuros vieses de pesquisas para aqueles que sucederiam a geração primeva. Exemplo disso temos ainda no preâmbulo do citado trabalho, onde encontramos que dentre os temas a serem abordados na Parte Segunda, teríamos a “Historia da origem e criação das comarcas, municípios e freguezias; de seu progresso e decadencia; de seu estado actual, e quaes os meios, que podem concorrer para sua prosperidade”³⁶.

Todo o calhamaço é perpassado por inúmeras tabelas, que configuram a exemplificação do vasto trabalho de pesquisa posto à prova por Thomaz Pompeu. Sendo assim, ao afirmar, logo no início do Título I (da população) da Parte Segunda, que “não basta conhecer unicamente o algarismo da população, importa ainda descobrir, nessa massa, as partes distinctas que a constituem, suas relações, movimentos, e especialmente seu renovamento progressivo, seu crescimento ou declinação”³⁷, age o autor inferindo questões às análises estatísticas que bem aproximam sua pesquisa da história.

³⁵ O “Resumo Chronologico da Historia do Ceará”, publicado na obra de Thomaz Pompeu como sua quarta parte em 1863, de autoria de João Brígido, serve como base para as “Ephemerides do Ceará”, que este autor publicará posteriormente em 1900 e que será sua produção abordada no presente texto. Salienta tal autor que para as “Ephemerides” os dados contidos no “Resumo Chronologico” foram atualizados e/ou acrescentados. Ressalte-se que há uma pequena incongruência acerca da autoria do “Resumo Chronologico”, pois em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará em seu Tomo II, de 1888, onde temos uma “ligeira apreciação” efetuada por J. B. Perdigão de Oliveira sobre dita obra de Brígido, encontramos a seguinte observação de Oliveira, que após considerar mencionada produção como a melhor que se possuía em seu gênero na província, observa que “o primeiro trabalho escripto sobre esse assumpto é do Senador Pompeu; acha-se annexo ao segundo volume dos seus *Ensaio Estatístico*. Alcança apenas o anno de 1861, e tem grande deficiencia de factos”. In: OLIVEIRA, J. B. Perdigão de. O Resumo Chronologico para a História do Ceará pelo Senr. Major João Brígido dos Santos: ligeira apreciação. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo II, 1888, p. 26. Contudo, o dito resumo é de autoria de João Brígido.

³⁶ BRASIL, 1997, p. XIII.

³⁷ *Ibid.*, p. 287.

E assim o faz o pesquisador, elencando diversos dados estatísticos, que, afinal, fornecem infindas possibilidades de apreensão desse passado. Pinçando alguns elementos dentre os tantos que são explorados ao longo das mais de mil páginas do “Ensaio Estatístico” afim de ilustrarmos nossa presente narrativa, destacamos algumas passagens de tão volumosa obra, como uma que aborda o quesito “Instrumentos”, no bojo da análise que vem sendo feita no Capítulo II (da indústria fabril), do Título II (riqueza pública e particular), da Parte Segunda, onde temos que “a pequena industria fabril da provincia é quasi toda manual; apenas auxiliada por algum instrumento muito commum e grosseiro”³⁸.

Seguindo adiante, citamos, no afã de exemplificarmos mais um pouco a situação que se vislumbra, outro comentário do autor, que nos fornece um panorama acerca da situação vivenciada naquela época sobre essa situação específica: “os tecidos grosseiros e redes de dormir fazem-se em teares movidos a braços das tecedeiras. As obras de agulha, costuras e labirintos são todas a mão. Apenas nesta capital se tem introduzido uma ou outra maquina de costura”³⁹.

Deixemos por aqui, porém, a importante e volumosa obra de Thomaz Pompeu, apesar de que nela poderíamos divagar mais e mais nessa fruição histórica. Contudo, visto que devemos seguir adiante naquele cronograma disposto por José Honório Rodrigues acerca da primeira geração de historiadores cearenses, aqui vamos virar a página. Mas ressalte-se que “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” trata-se de uma vasta obra que traz consigo diversas informações que podem e devem fomentar, ainda no século XXI, várias pesquisas que tenham como tema o Ceará do século XIX. Acerca de tal empresa, arrematamos com os dizeres de Michel de Certeau:

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. [...] É o *produto* de um lugar⁴⁰.

Decididamente, a obra aqui abordada de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil insere-se no cômputo das “obras de valor”, tornando possíveis novas pesquisas a partir dessa sua produção, havendo seu labor representado, em meados do século XIX, um progresso em relação aos objetos e aos métodos de pesquisa empregados até então em nosso Estado. Além desse produto,

³⁸ Ibid., p. 410.

³⁹ BRASIL, 1997, p. 410.

⁴⁰ CERTEAU, 2013, p. 57.

constituído em lugar social específico, destacamos a obra seguinte a qual dedicaremos nossa atenção, qual seja, “História da Província do Ceará”, de autoria de Tristão de Alencar Araripe⁴¹.

Destaque-se que tal compêndio, diferentemente daquele de Thomaz Pompeu, cuja ênfase no título é dada à estatística, já se intitula enquanto “História”, merecendo seu redator, assim, de José Honório Rodrigues as seguintes alvíssaras: “sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro na ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico”⁴². Com tal obra de Araripe aqui em destaque, vemos inaugurada, “de forma sistemática, a historiografia cearense”⁴³.

Sobre o caráter inovador desse livro do nosso “primeiro historiador” observa João Alfredo Montenegro que “trata-se, na verdade, de uma obra pioneira, que não fora antecedida pela organização criteriosa das fontes primárias da história do Ceará, inexistindo arquivos administrativa e tecnicamente racionalizados, devidamente operacionáveis, dando pleno apoio aos pesquisadores”⁴⁴. Ou seja, detecta-se aqui problema similar pelo qual passou Thomaz Pompeu de Sousa Brasil no que concerne a dificuldade no trato acurado e no acesso às fontes, aos arquivos.

Dessa forma, a acorrida do pesquisador aos arquivos fica comprometida e a prova documental⁴⁵, que ali deveria ser coletada pelo historiador, em um contexto em que ele deveria ser “seu destinatário na medida em que rastros foram conservados por uma instituição com o fim de serem consultados por quem esteja habilitado a isso”⁴⁶, acaba não disponibilizada ao respectivo historiador para seu escrutínio em condições propícias a seu acurado trabalho.

Assim sendo, passamos a compreender as escusas e explicações que os autores, inseridos em seu lugar social, já se preocupavam em demonstrar em suas obras, como Thomaz Pompeu, que roga aos leitores que julguem seu trabalho “segundo os elementos que tive à minha disposição”⁴⁷ e Tristão de Alencar Araripe, que, no fechamento de seu livro, observa: “sucintamente expus os sucessos dos nossos primeiros tempos, baldos de registros públicos e de memórias particulares”⁴⁸.

⁴¹ Acerca de alguns dados biográficos de Alencar Araripe, damos voz a José Honório Rodrigues: “nascido no Icó, aos 7 de outubro de 1821, filho do grande patriota Tristão Gonçalves de Alencar, Presidente do Ceará na República do Equador, e de D. Ana Triste de Alencar, Araripe formou-se na Fac. de Direito de São Paulo em 1845. Exerceu vários cargos públicos, tais como juiz municipal de Fortaleza (1845), deputado provincial (1849-1850) [...] ministro do Supremo Tribunal Federal (1890), ministro da Fazenda e Justiça no Governo do Marechal Deodoro da Fonseca”. RODRIGUES, 1956, p. 180. Acerca de sua variada produção, Cf. loc. cit., p. 181 et. seq. Faleceu Tristão de Alencar Araripe em 3 de junho de 1908, na cidade do Rio de Janeiro.

⁴² RODRIGUES, 1956, p. 180.

⁴³ MONTENEGRO, 2003, p. 28.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 33-34.

⁴⁵ Paul Ricoeur vale-se da estrutura triádica de Michel de Certeau acerca da operação historiográfica (um lugar social; uma prática; uma escrita) e propõe a seguinte perspectiva: 1) Fase Documental: a memória arquivada (que se subdivide em: o espaço habitado; o tempo histórico; o testemunho; o arquivo; a prova documental); 2) Explicação/Compreensão; 3) A Representação Historiadora. Cf. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 151-296.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 188.

⁴⁷ BRASIL, 1997, p. XV.

⁴⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. [Edição original de 1867], p. 233.

Malgrado tais percalços, “História da Província do Ceará” foi “baseado em autêntica documentação”.⁴⁹ Aufere seu autor que “se nenhum merecimento por si tiverem essas notas, terão ao menos o proveito de vir acompanhadas de documentos, sobre os quais poderá cada qual formar o seu juízo”.⁵⁰ A proposta de apresentação de documentação, inclusive, era parte integrante da própria divisão da obra aqui em questão, observando seu autor que “dividi o meu trabalho em duas partes. A primeira compreende a narrativa; a segunda contém os documentos”.⁵¹ Contudo, observe-se que o responsável por essa escrita histórica não anexou os documentos os quais se referiu, permanecendo a obra restrita apenas a parte referente à narrativa.

No mais, façamos algumas considerações sobre o trabalho de Alencar Araripe aqui em destaque. No prefácio temos o autor afirmando que “não me desvaneca a ideia de ostentar talentos de historiador: a minha história é a modesta e sincera narração dos fatos mais notáveis acontecidos na minha província, autenticados por documentos insuspeitos e cuidadosamente verificados”.⁵² Considerando-se as limitações já tratadas sobre a questão da documentação é interessante perceber a intencionalidade do historiador em relação aos pósteros:

A posteridade quererá conhecer como incultas selvas transformaram-se em cidades; como ínvios sertões abriram-se a cômodas estradas; como paludosas charnecas cobriram-se de proflucas culturas e como, em nossos mares e soberbos rios, domina a espantosa força do vapor, substituindo uma população numerosa e rica a hordas mínguadas e miseráveis.⁵³

Ainda demonstrando preocupação com a posteridade e assumindo uma certa limitação sobre seu trabalho de então, observa Alencar Araripe que “nas futuras idades se escreverá a história do império: por ora só materiais podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais”.⁵⁴ Ainda acerca de tal discussão, assevera a seguir o autor que:

Nação recente, ainda falta-nos tempo para ter a verdadeira história. Somos de ontem; e os povos novos, no pensar de um insigne escritor antigo, não sabem ainda escrever a sua história. Quando a soubermos escrever, acharão os bons engenhos futuros os documentos precisos para o artefato monumental das nossas glórias.⁵⁵

Outro ponto que aludimos aqui é a justificativa indicada pelo autor para a consecução de sua obra:

⁴⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 180.

⁵⁰ ARARIPE, op. cit., p. 29.

⁵¹ ARARIPE, 2002, p. 31.

⁵² Ibid., p. 23.

⁵³ Ibid., p. 25.

⁵⁴ Ibid., p. 26.

⁵⁵ Idem.

Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se, que os “Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios. No verdor dos anos essas expressões fizeram-me grave impressão, magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão pátrio. Desconhecedor dos fatos não podia, contudo, crer na realidade de expressões que, por semelhante forma, infamavam o nome cearense. Tomei então o propósito de oportunamente estudar os fatos ocorridos por ocasião da independência de minha província e quando ali, no exercício de um cargo de judicatura, passei os anos de 1847 a 1850 e procurei revolver os documentos contemporâneos.⁵⁶

Demonstrando todo esse amor por seu torrão pátrio, leva a termo Alencar Araripe uma análise que visava dirimir dúvidas e evitar equívocos no que tange o local de naturalidade de Felipe Camarão, herói da guerra contra os holandeses no século XVII. Escreve sobre isso o autor:

Convém aqui falar de uma questão histórica. O herói da guerra holandesa Antônio Felipe Camarão foi sempre reconhecido por natural da serra da Ibiapaba; todavia ultimamente duvidou-se nessa naturalidade a fim de transferi-la do Ceará para Pernambuco. O tempo consagrará a opinião da pátria cearense; agora apenas a equívoca proposição de um escritor suscita parecer contrário. Direi sobre semelhante ponto quanto conheço.⁵⁷

E assim prossegue Alencar Araripe pelas quatro páginas seguintes de seu livro, elencando fatos e outros autores, tanto quanto ele os conhecia, para embasar sua tese da naturalidade cearense de Felipe Camarão, refutando a questão que o colocava como pernambucano. Depois de diversas argumentações, encontra o historiador uma explicação para o imbróglio: um autor pernambucano, Padre Manoel Calado, em sua obra intitulada “Valerozo Lucideno”, diz ser o protagonista aqui em questão pernambucano. Porém, no século XVII, quando do aparecimento do citado herói, “o Ceará fazia parte integrante da capitania de Pernambuco; portanto, ao indivíduo filho da Ibiapaba ou Ceará podia aplicar-se o epíteto patronímico de pernambucano sem excluir o de cearense”⁵⁸.

Dessa forma, demonstra o autor de “História da Província do Ceará”, sempre se baseando em outras obras anteriores, ser Felipe Camarão genuinamente cearense, mas que se entende, por uma questão de contexto histórico, quando se assinala sua condição pernambucana. Diante de tal trabalho historiográfico, dirime Alencar Araripe essa discussão. Mas como veremos mais adiante quando tratarmos da obra de Pedro Théberge, tal querela volta a ser mencionada, demonstrando que tal questão esteve na pauta de nossos primeiros historiadores, seja porque demandava uma

⁵⁶ ARARIPE, 2002, p. 27.

⁵⁷ Ibid., p. 179.

⁵⁸ Ibid., p. 181.

tomada de posição diante de uma “inverdade histórica” que “prejudicaria” o Ceará ou simplesmente pela necessidade de se evitar que a história tivesse uma escrita errônea.

Se considerarmos que no século XIX a ciência histórica já vinha atingindo graus progressivos de maturidade, a partir da Europa, então essa “configuração do conceito moderno, reflexivo de História se deu tanto através de discussões científicas quanto através de diálogos político-sociais do cotidiano”⁵⁹. E a discussão levada a termo por Alencar Araripe e por Théberge no que concerne a questão da naturalidade de Felipe Camarão entra nessa seara em que a história é utilizada, com as devidas comprovações inerentes a seu labor, como fiadora de um discurso científico que perpassa diálogos cotidianos, com seus vieses políticos e sociais.

No que pese a obra de Tristão de Alencar Araripe, destacamos a análise feita por José Honório Rodrigues acerca dos aspectos teóricos contidos em seu trabalho. Para Rodrigues, Araripe “não foi, por certo, apenas um investigador dotado de sentimento prático pela história. Procurou estudar alguns mestres da historiografia e trouxe para nossa concepção histórica algumas ideias novas e originais”⁶⁰. Diz mais: “num país pobre de teoria histórica, de ensino superior da história, onde qualquer um se aventura às atividades históricas, Alencar Araripe merece ser discutido por ter sido dos poucos que procurou analisar as novas direções da história no fim do século XIX”⁶¹.

Já João Alfredo Montenegro, com o olhar extemporâneo do início do século XXI, distante, portanto, do contexto histórico e do lugar social no qual estava inserido Alencar Araripe, soa nada benevolente acerca da obra de mencionado autor: “nessa obra, aflora o sentido experimentalista, como também o intuito de privilegiar o Estado, agente maior da razão ética, e que a faz valer, cumprindo aos súditos obedecerem às suas determinações, aos seus preceitos”⁶². Ressalte-se que a conduta de Alencar Araripe, em meados do século XIX, coadunava-se, no que tange a importância que ele dava ao Estado, com as premissas que irradiavam do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois, como observa Manoel Luiz Salgado Guimarães, no Brasil deste período, “a historiografia se confundia com a prática política”⁶³.

Seguindo ainda o relato de Montenegro, este afirma que “o modelo historiográfico de Tristão de A. Araripe estava bastante distanciado em qualidade, metodológica e epistemologicamente da historiografia positivista, que poucos anos depois ganharia corpo entre nós”⁶⁴. Finalizando as observações aqui listadas de Montenegro, dispomos mais essa:

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart (et al). **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 185.

⁶⁰ RODRIGUES, 1956, p. 183.

⁶¹ Ibid., p. 184.

⁶² MONTENEGRO, 2003, p. 28.

⁶³ GUIMARÃES, 2011, p. 258. Acerca dessa discussão sobre historiografia e nação, cabe leitura dessa citada obra.

⁶⁴ MONTENEGRO, 2003, p. 34

A armação da narrativa se dá com a captura frágil e superficial das “situações”, dos “contextos”, das “conjunturas”, objeto de uma racionalização que deixa a desejar, que codifica os acontecimentos, desprendidos quase sempre das bases concretas, sendo apenas apresentadas pelas imagens superficiais ou isoladas. O real, nessa débil postura epistemológica, faz-se crescentemente indigente, castrado, impotente para gerar constructos seguros e densos, abrindo os flancos para a dominação ideológica, para o isolamento ou para a superposição da narrativa, descartando o jogo irrenunciável, impositivo, da interdisciplinaridade.⁶⁵

Seja como for, “História da Província do Ceará” trata-se, “na verdade, de uma obra pioneira”⁶⁶, e isso Montenegro é levado a reconhecer. Além disso, da lavra de Alencar Araripe temos uma obra que sobressai “a virtude da agitação do problema, as tendências democráticas e liberais do seu espírito”.⁶⁷ Dito isso, findamos nosso breve itinerário através de tal narrativa, reiterando que se trata de uma “das obras fundamentais”⁶⁸ de nossa historiografia.

Mais uma vez virando a página e seguindo adiante, nos debruçaremos a partir de agora na produção de João Brígido dos Santos, o terceiro nessa linha de historiadores que estamos a perseguir. Este, conjuntamente com Pedro Théberge, são ainda historiadores da fase anterior ao Instituto do Ceará e merecem de José Honório Rodrigues a consideração de que “nenhum dos dois apresenta o mesmo valor ou a mesma contribuição dos historiadores já referidos”⁶⁹.

Brígido e Théberge são classificados como “modestos pesquisadores, a colher pelo interior, ainda vivas, as vozes da consciência popular”⁷⁰. Essa questão, a nosso ver, ressalta a pertinência ao lugar social ocupado e vivenciado por cada um desses personagens, visto que consideramos que “a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade”.⁷¹ E mesmo sendo considerada a produção desses dois pesquisadores como de menor envergadura no cômputo da primeira geração de historiadores, compreendemos que suas narrativas nos permitem depreender questões que subjazem no escrutínio denodado da labuta historiográfica de meados do século XIX.

Especificamente acerca da produção do Major João Brígido dos Santos⁷² temos que tal autor “está impregnado do sentimento local da terra e da gente”⁷³. Dentre sua vasta produção

⁶⁵ Ibid., p. 31.

⁶⁶ Ibid., p. 33.

⁶⁷ RODRIGUES, 1956, p. 185.

⁶⁸ PINHEIRO, Francisco José. Introdução. In: ARARIPE, 2002, p. 15.

⁶⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 185.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ CERTEAU, 2013, p. 64.

⁷² João Brígido foi cronista, jornalista, historiador e advogado. Nasceu na vila de São João da Barra, Espírito Santo, em 3 de dezembro de 1829. Com pouco mais de um ano de idade veio com a família residir na cidade do Icó. Fixaria residência, depois de adulto, na cidade do Crato. Ali fundou, em 1855, “O Araripe”, primeiro jornal a circular naquela cidade. Foi professor de português no Liceu do Ceará. Na política, exerceu os cargos de deputado provincial (1864-1867), deputado geral (1878-1881), senador do Ceará (1892) e deputado estadual (1893-1894). Dentre sua produção, além daquela aqui abordada, citamos: **Apontamentos para a História do Ceará** (1888); **A Fortaleza de 1810** (1882); **Miscellanea Historica** (1889); **Ceará, homens e fatos** (1919). Veio a falecer em 14 de outubro de 1921.

⁷³ RODRIGUES, 1956, p. 185.

abordaremos aqui as “Ephemerides do Ceará”, que “constituem sua principal contribuição”⁷⁴. Tal obra de Brígido, publicada na Revista do Instituto do Ceará em 1900, veio a lume antes disso, porém, conforme explica seu próprio compositor, ao final de seu texto, como nota adicional explicativa:

O autor começou este trabalho pelo *Resumo Chronologico da História do Ceará*, que confeccionou para ser a Parte 4ª do *Ensaio Estatístico* do Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brazil, editado no Maranhão em 1863. Depois dessa época o foi accrescentando e illustrado, e deu-lhe publicidade duas vezes em periódicos da Fortaleza, outras tantas em brochuras⁷⁵.

Ainda faz questão o autor de frisar que em sua obra “todos os dados possíveis foram recolhidos de autores diversos, e documentos originaes”⁷⁶. Suas “Ephemerides” constam divididas em quatro partes, por ele intituladas “Epochas”, sendo as mesmas as seguintes: “primeira epocha”, “da descoberta e povoamento do Ceará até sua ocupação pelos holandeses”, que se inicia com dados cronológicos a partir de 1590; “segunda epocha”, que se conta a partir de 1654; “terceira epocha”, a partir de 1799; e “quarta epocha”, que tem início em 1831 e vai até o término da contagem temporal da obra no ano de 1892.

Acerca do produto em si, ele segue a questão cronológica indicada em seu título, destacando os acontecimentos históricos mais importantes para a compreensão da história cearense. Apesar de parecer um trabalho linear e factual, não se restringe Brígido a apenas listar os acontecimentos que ocorreram em cada ano. O que temos é, além do dado em si, uma série de comentários, observações e mesmo desagravos e dissonâncias sobre as informações coligidas junto a outros pesquisadores. Podemos bem ilustrar tal questão no trecho abaixo, no qual Brígido trata de uma divergência sobre o local de desembarque do conquistador Pero Coelho de Sousa, ocorrido em 1603:

Cândido Mendes pretende que o desembarque de Coelho fôra em Mucuripe (Mucurive), e que se estabelecera onde está agora a cidade da Fortaleza. Outros, porém, com melhor fundamento, sustentão que o desembarque fôra na foz do Jaguaribe. Mucuripe se chamava então toda a costa, que se estende ao norte do cabo deste nome até além da Fortaleza; o que se depreende da primeira sesmaria concedida no Ceará. Jaguaribe se chamava a zona, que começa na foz do Mossoró, onde havia salinas chamadas de Jaguaribe.⁷⁷

Vale-se o autor de citações referentes a outros pesquisadores, como no caso indicado abaixo, em que, ao abordar a duração do domínio holandês em terras cearenses, observa o responsável pelas “Ephemerides” que: “Esta primeira ocupação do Ceará durou cerca de 7

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ BRÍGIDO, Ephemerides do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XIV, 1900, p. 225-226.

⁷⁶ Ibid., p. 226.

⁷⁷ BRÍGIDO, 1900, p. 4

anos, a contar do dia 26 de Outubro de 1637, em que o forte do Amparo foi tomado. Theberge diz que foi Antonio Teixeira, quem nomeou Estevão de Campos Moreno para commandar o presidio do Ceará”⁷⁸.

Outro exemplo acerca da preocupação de Brígido em corroborar e confrontar suas informações com a de outros pesquisadores, ou mesmo no intuito de dirimir possíveis incorreções, é o que se segue:

1655. Desannexação do Ceará do governo do Maranhão, e sua reunião à capitania geral de Pernambuco, ao finalisar-se a guerra [contra os holandeses], segundo Araripe. A chronica do senador Pompeu dá este facto em 1679.
Si Cândido Mendes diz que tivera lugar em 1724 e que se deve entender é que até então a jurisdição do Maranhão se estendia ainda até Camocim, Ibiapaba e regiões do norte do Ceará, não assim sobre o demais.⁷⁹

Além de dados de caráter mais político e administrativo, temos itens relatados, como por exemplo, o que informa que no ano de 1724:

Houve uma grande sêcca no Ceará, ou antes, como se lê [nas] Memorias de Accioly, desde a Bahia até Piauhy. Tal foi a penúria de chuvas, que secaram até as fontes. O Cariry, onde abundavão os brejos e correntes, a população de Missão-Velha foi obrigada a abandonar o arraial, à falta d’água, e passar-se para o logar, que se ficou chamado – Missão-Nova.
Esta calamidade só teve fim em 1728, ocasionando grande perda de gados, a morte, pela fome, de muitos índios, e a dispersão das tribos pelos sertões, que offerecião mais abrigo.⁸⁰

Inversamente ao registro das secas, assinalavam também as “Ephemerides” os períodos de chuva, como o que temos em relação ao ano de 1805: “houve, neste anno, grandes chuvas. Os rios sahiram dos leitos, e causaram grandes dannos. O Aracaty foi inundado”⁸¹. Outros tantos poderiam ser os exemplos aqui elencados, como a anotação acerca de uma ordem vinda de Portugal que tinha aplicação direta no dia-a-dia da colônia, possibilitando-nos, inclusive, depreendermos aspectos que compunham o cotidiano daquela época: “1738. 20 de OUTUBRO. Sendo costume mandarem os capitães-móres da capitania citar e prender por dívidas; uma ordem do conselho ultramarino d’esta data expressamente lhes vedou este procedimento, mandando que não invadissem as atribuições das justiças ordinárias”⁸². Vários outros exemplos poderíamos mencionar, mas fiquemos por aqui.

⁷⁸ Ibid., p. 16.

⁷⁹ Ibid., p. 19.

⁸⁰ Ibid., p. 48.

⁸¹ BRÍGIDO, 1900, p. 154.

⁸² Ibid., p. 54-55.

Por fim, como término de nosso périplo através de nossos primeiros historiadores, chegamos ao derradeiro deles, Pedro Théberge⁸³. Sobre esse autor, José Honório Rodrigues informa-nos que:

Sua história, a quarta em ordem cronológica, foi de incontestável préstimo aos estudiosos do passado cearense. Escreveu sobre a flora cearense e levantou uma carta corográfica da Província. Nem sempre foi imparcial, especialmente com os sucessos de data recente, como observou o Barão de Studart. Sua *História do Ceará* foi editada pelo seu filho Henrique, tendo a terceira e última parte sido publicada em 1895.⁸⁴

A obra de Pedro Théberge, intitulada “Esboço Histórico sobre a Província do Ceará”, que na apresentação acima de Rodrigues, conscientemente ou não, recebe a designação não de “esboço”, mas sim de “história”, divide-se em três tomos, havendo-os sido publicados nos anos de 1869, 1875 e 1895, conforme vemos acima na informação de Rodrigues. Ressalte-se que tal produção somente veio a ser publicada, em seu primeiro tomo, cinco anos após a morte de seu autor.

A figura de Henrique, filho do autor, é de suma importância para a própria publicação e viabilidade de tal compêndio, pois esse cita que:

Chegando eu em 1864 à cidade do Icó, encontrei esse trabalho. Tencionei imediatamente, fazel-o reviver, publicando-o. [...] fiz um appello à patriótica sociedade cearense e à illustre Assembléa Legislativa, sendo attendido por uma e outra. Ahi vai, pois, o **Esboço** tal como meu pai o deixou escripto. Não me julgando assás habilitado para fazer-lhe modificações ou correções, offereço-o ao publico tal qual o encontrei.⁸⁵

De fato, Henrique Théberge não enceta modificações ou correções no texto de seu pai. Porém, em algumas ocasiões indica o filho algumas informações complementares, como notas de rodapé, que podem fornecer mais subsídios e servem de esclarecimento para algumas questões contidas no “Esboço”. É o próprio Pedro Théberge, no próêmio que tece sobre sua obra, que informa que “este trabalho principiou por ser uma cronologia dos acontecimentos mais importantes da província”⁸⁶.

A preocupação do autor em referendar sua narrativa a partir de documentos fica demonstrada por ele ao comentar que “como para dar execução à esta lista chronologica me fosse necessario consultar documentos, fui ajuntando grande numero d’elles, e gostando cada

⁸³ Pedro Théberge nasceu em Marcé, França. Médico e historiador, veio em 1845 para Icó, onde prestou importantes serviços a nossa terra. Além de sua obra analisada no presente artigo, escreveu sobre a flora cearense, e levantou uma “Carta Chorographica da Provincia”.

⁸⁴ RODRIGUES, 1956, p. 186.

⁸⁵ THÉBERGE, Henrique. Ao leitor. In: THÉBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001a (fac-símile da edição publicada em 1869), p. VIII.

⁸⁶ Ibid., p. XI.

vez mais de augmental-os, ao passo que os adquiria, afim de me pôr (em meu proveito proprio) melhor à par da historia do paiz em que habitava”⁸⁷.

Francês de nascimento, Théberge “foi para o Ceará em 1845, tendo falecido em Icó, aos 8 de maio de 1864”⁸⁸. Dessa maneira, personifica bem essa questão da pertinência a qual se estabelece o lugar social que envolve o historiador e sua pesquisa historiográfica. Indica Paul Ricoeur que “entre tempo ‘narrado’ e o espaço ‘construído’, as analogias e as interferências abundam”⁸⁹. Assim sendo, tais interconexões entre o tempo historicamente narrado e o espaço que se edifica ao redor, dito de outra forma, entre o lugar social que confere a devida pertinência à narrativa (produção), tornam o francês Théberge, ao menos em termos historiográficos, tão cearense quanto Thomaz Pompeu e Alencar Araripe, por exemplo.

Destaquemos que os três tomos do “Esboço Histórico sobre a Província do Ceará” encontram-se subdivididos em 23 capítulos ao todo, sendo que se segue uma narrativa cronológica, indo, no Capítulo Um, com análises sobre os índios que habitavam o Ceará, até o Último Capítulo, que aborda a ascensão à presidência da província do conselheiro Vicente Pires da Motta, no ano de 1854.

O tomo derradeiro da obra basicamente trata dos presidentes da província e dados ligadas as suas respectivas administrações, indo de 1823 ao já citado ano de 1854. Os outros dois tomos trazem uma discussão mais variada, mas sempre seguindo a ordem cronológica dos fatos.

Como já feito com as outras três histórias anteriores, passemos a destacar aqui alguns itens que constam na obra de Pedro Théberge. Ao elucubrar, por exemplo, acerca da conclusão de alguns filólogos (não mencionados) de que haveria uma grande analogia entre a língua dos nativos brasileiros e aquela dos egípcios dos tempos antigos, conclui o autor aqui em análise, após algumas ponderações, que “deixarei a solução d’esta grave questão às lucubrações dos archeologos, limitando-me apenas a fazer d’ella menção, e a mostrar que no Ceará também se observou o mesmo que nas outras partes do Brasil, e da America”⁹⁰.

Se busca Théberge não tomar partido acerca dessa discussão sobre as similaridades entre a linguagem de nossos nativos com a antiga língua egípcia, assim não procede nosso escritor quando revisita, também, a polêmica que envolve a origem de Felipe Camarão. Tal qual Alencar Araripe, defende Théberge que o herói da guerra contra os holandeses seria cearense e não pernambucano. Podemos conferir seu ponto de vista no que tange tal polêmica, abaixo, a partir de questionamentos por ele lançados:

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ RODRIGUES, 1956, p. 186.

⁸⁹ RICOEUR, 2007, p. 159.

⁹⁰ THÉBERGE, 2001a, p. 2.

Como se achava Camarão o Rio-Grande quando por lá passou Jeronymo d'Albuquerque?.....

Como se achava com seus índios tão perto de Olinda na ocasião do desembarque dos holandeses que no dia 16 de fevereiro, dia da tomada de Olinda, se reuniu à Mathias d'Albuquerque no arraial do Rio Doce?.....

São questões que os autores coevos não resolvem, mas que nada provam contra a naturalidade de Camarão ser da capitania do Ceará.⁹¹

Tal polêmica tem continuidade para além da obra em si, ou melhor, justamente por sua causa, pois a defesa da tese em prol da naturalidade cearense de Camarão redundou em divergências lançadas em Pernambuco, conforme salienta Henrique Théberge na indicação do apenso número 1 que consta no final de dita obra.

Noutra análise, acerca das Missões da Serra da Ibiapaba (título do capítulo IV), aborda o autor a atuação do Padre Vieira, que em uma viagem de retorno ao Maranhão em 1655, “enviou missionários ao Ceará, como também veio pessoalmente visitar e promover as missões da serra da Ibiapaba”⁹². As informações acerca dessas ações partem da abordagem dos escritos do próprio Padre Vieira, afirmando Théberge que “a sua obra intitulada *Voz historica* é uma historia detalhada das ditas missões. D’ella extrahirei os principaes factos, conservando o mais que me fôr possível a sua oração”⁹³.

O livro de Théberge aqui em questão, muito além de seu caráter cronológico, traz consigo a preocupação estampada por seu autor em historicizar os fatos ali listados. Vemos isso quando de sua observância, no trato específico da comarca em que ele habitava, a do Icó, que “para completa intelligencia dos acontecimentos da nova comarca, é mister que demos um retrospecto sobre o passado”⁹⁴.

Por fim, indicamos que a preocupação em utilizar-se de documentos que embasassem sua narrativa, preocupação essa, diga-se, análoga a todos os outros três escritores aqui já abordados, também se fazia presente no autor do “Esboço Histórico”, como pode ser percebido em algumas ocasiões nas quais temos a transcrição completa de documentos, como a ata da sessão extraordinária do Conselho da Província do dia 9 de novembro de 1822, data de plena efervescência política por causa dos recentes fatos que redundaram na independência do Brasil. Ao longo de seis páginas, transcreve-se tal documento, transcrição essa enunciada da seguinte forma pelo autor: “a acta da Sessão do Conselho da província é um documento curioso e raro; por isto a transcrevemos por extenso”⁹⁵.

⁹¹ Ibid., p. 36-37

⁹² Ibid., p. 57.

⁹³ THÉBERGE, 2001a, p. 57

⁹⁴ THÉBERGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001b (fac-símile da edição publicada em 1875), p. 56.

⁹⁵ Ibid., p. 70-71.

Diante disso, reafirmamos as palavras de José Honório Rodrigues, para quem a obra de Théberge serve de “incontestável préstimo aos estudiosos do passado cearense”⁹⁶. Não somente a obra deste autor, cuja apreciação cremos ter sido aquela suficiente para o presente artigo, como também, por extensão, reputamos tal dístico à produção de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Alencar Araripe e João Brígido dos Santos, pois aqui intentamos demonstrar que essa primeira geração de historiadores cearenses tem o mérito de servir a nós, estudiosos hodiernos da história cearense e de seu passado, indeléveis préstimos a quem se propõe a continuar pela seara aberta por estes precursores.

E se voltarmos ao início do presente artigo, quando nos interrogamos sobre o que fabrica o historiador quando faz história, bem, indicamos que para compreender essa fabricação é imperioso que nos atentemos a todo o processo concernente à lógica de produção que envolve tal empresa, pois dessa maneira podemos vislumbrar as relações que interligam e interpenetram tanto os produtos e seus produtores, como também os lugares e suas temporalidades.

Sendo assim, lançar nosso olhar para o fazer história em meados do século XIX nos coloca diante de quatro narrativas que, inseridas em seu lugar social de então, nos fornecem, ainda hoje, em nosso atual lugar social, um valioso panorama acerca de nosso passado e de nossa história, como também dos elementos relacionados à escrita de nossa ciência. Por fim, concordando com Antoine Prost, para quem a História é o que fazem os historiadores, objetivamos que:

Em vez de uma essência eterna, de uma ideia platônica, a disciplina chamada história é uma realidade, em si mesma, histórica, ou seja, situada no tempo e no espaço, assumida por homens que se dizem historiadores e que são reconhecidos como tais, além de ser aceita como história por diversos públicos. Em vez de uma história *sub specie aeternitatis*, cujas características tivessem atravessado, sem qualquer alteração, as vicissitudes do tempo, existem diferentes produções que os contemporâneos de determinada época estão de acordo em considerar como história; ou seja, antes de ser uma disciplina científica – segundo sua pretensão e, até certo ponto, conforme ela o é efetivamente –, a história é uma prática social.⁹⁷

E exaltando-se essa característica de prática social que cabe à História, responde-se o questionamento aqui inicialmente proposto acerca de para quem trabalha o historiador, visto que se enfatiza, com tal conclusão, que dita fabricação interliga-se às pertinências que tais produções, as histórias, carregam consigo em suas infindas ligações com os lugares sociais de cada história, de cada historiador, e por que não, de cada leitor dessas narrativas.

⁹⁶ RODRIGUES, 1956, p. 186.

⁹⁷ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 13.